

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	VII
Apresentação da 39ª edição	IX
Apresentação	XI

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais	5
2 – Definição	6
3 – Natureza	6
4 – Relações com outros ramos do Direito	7
5 – Objetivo	8
5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil	8

§ 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens	10
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia.	10
8 – O processo civil romano.	11
9 – Processo comum.	12
10 – O processo civil moderno (fase científica).	13
11 – Direito processual civil brasileiro	14
12 – Regulamento nº 737	14
13 – Códigos estaduais	15
14 – Códigos unitários.	15
15 – O novo código	16
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	17

§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais.	18
17 – Lei processual	18
18 – A lei processual no tempo	19
19 – A lei processual no espaço	20
20 – Interpretação das leis processuais	21

§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais.	23
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal	23

23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo	24
24 – Princípio do contraditório	25
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.	26
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual.	26
27 – Princípio da verdade real.	27
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade.	27
29 – Princípio da publicidade	28
30 – Princípio da economia processual	29
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão	29

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica	31
33 – Justiça privada e justiça pública	31
34 – Jurisdição.	32
35 – Características da jurisdição	34
36 – Imparcialidade e disponibilidade.	34
37 – Objetivo da jurisdição	35
38 – Princípios fundamentais	36
39 – Jurisdição civil	36
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	37
41 – Substitutivos da jurisdição	38
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva	38

§ 6º – Processo

42 – Conceito	41
43 – Processo e procedimento.	42
44 – Autonomia do processo	43
45 – Espécies de processo	43
46 – Funções do processo	44
47 – Independência dos processos.	44
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas	45
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência.	46
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória.	47

§ 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça	48
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional.	48
50 – Autonomia do direito de ação	49
51 – A evolução do conceito de ação	49
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.	51
52 – Condições da ação	51
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação	52
54 – Pressupostos processuais.	58
55 – Classificação das ações.	59
55-a – Ação e pretensão	60
55-b – Ação e causa	61
55-c – Elementos identificadores da causa	62
56 – A defesa do réu.	63
57 – Espécies de resposta	64

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo	65
--	----

59 – A relação processual	66
60 – Classificação dos elementos do processo	66
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais.	67
62 – Direitos processuais	67
63 – Obrigações processuais.	67
64 – Deveres processuais	67
65 – Ônus processuais	68

Parte II – SUJEITOS DO PROCESSO

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes

66 – Partes	71
67 – Nomenclatura	72
68 – Substituição processual	72
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso).	74
70 – Capacidade processual	74
71 – Capacidade processual das pessoas casadas	75
72 – Curatela especial	77
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais	77
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação	79

§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores

75 – Deveres.	80
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	81
76 – Responsabilidade das partes por dano processual	82
76-a – Direitos.	83
76-b – Direito especial dos litigantes idosos	83

§ 12 – Despesas e Multas

77 – Ônus financeiro do processo	85
78 – Antecipação das despesas	85
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo	86
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência	87
81 – Sucumbência recíproca.	88
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	88
83 – Multas	89
84 – Honorários de advogado	89
85 – Cabimento dos honorários	90
86 – Inoperância da sucumbência	91
87 – Fixação dos honorários.	91
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários	92
89 – Execução dos honorários.	93
90 – Assistência judiciária.	93

§ 13 – Advogados

91 – Capacidade de postulação.	96
92 – O mandato judicial	96

93 – Direitos e deveres	97
-----------------------------------	----

§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores

94 – Substituição de parte	99
95 – Substituição do advogado.	100

Capítulo V – Pluralidade de Partes

§ 15 – Litisconsórcio

96 – Pluralidade de partes	101
97 – Classificações	101
98 – Espécies de litisconsórcio.	101
99 – Sistema do Código	102
100 – Casos legais de litisconsórcio.	102
101 – Litisconsórcio necessário	103
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação	104
103 – Litisconsórcio facultativo recusável	105
104 – Posição de cada litisconsorte no processo	106
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.	107

§ 16 – Intervenção de Terceiros

106 – Conceito.	108
107 – Classificações	108

§ 17 – Oposição

108 – Conceito.	110
109 – Competência	111
110 – Procedimento	111
111 – Julgamento da oposição.	112

§ 18 – Nomeação à Autoria

112 – Conceito.	114
113 – Pressuposto da nomeação à autoria.	114
114 – Procedimento	114
114-a – Recurso	115

§ 19 – Denúnciação da Lide

115 – Conceito.	117
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	118
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide	120
116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide	121
117 – Objetivo do incidente.	121
118 – Legitimação	121
119 – Procedimento	122
120 – Efeitos da denúnciação da lide	123
120-a – Recursos	125
121 – Denúnciações sucessivas	125

§ 20 – Chamamento ao Processo

122 – Conceito.	128
123 – Casos de admissibilidade do incidente	128
124 – Procedimento	129
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor	130
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil	130

§ 21 – Assistência

125 – Conceito.	132
126 – Pressupostos da intervenção	132
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial	133
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial.	134
129 – Procedimento	134
130 – Poderes e ônus processuais do assistente	135
130-a – Assistência provocada	136
130-b – O recurso de terceiro prejudicado	136

Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público

131 – Conceito.	139
132 – Funções	140
133 – Natureza.	140
134 – Ministério Público como parte	141
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	141
136 – Ausência do Ministério Público no processo	142
137 – Órgãos do Ministério Público.	142
138 – Princípios e garantias	143

Capítulo VII – Juízes

§ 23 – Competência

139 – Conceito.	145
140 – Distribuição da competência	146
141 – Classificação da competência.	146

§ 24 – Competência Internacional

142 – Noções gerais	147
143 – Espécies de competência internacional.	147
144 – Competência concorrente e litispendência	148

§ 25 – Competência Interna

145 – Noções gerais	149
146 – Competência em matéria civil	150
147 – Competência da Justiça Federal	150
148 – Competência das Justiças Estaduais	151

§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna

149 – Generalidades	153
150 – Competência do foro e competência do Juiz	154
151 – Divisão da competência do foro	154
152 – Cumulatividade de juízos competentes.	154
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	155

§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria

154 – Competência em razão do valor da causa.	157
155 – Competência em razão da matéria	157

§ 28 – Competência Funcional

156 – Conceito.	158
157 – Classificação	158

§ 29 – Competência Territorial

158 – Conceito.	160
159 – Foro comum.	160
160 – Foros subsidiários ou supletivos	161
161 – Foros especiais	161
162 – Ações reais imobiliárias	162
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência	162
164 – Foro da União e dos Territórios Federais	163
165 – Foros <i>ratione personae</i>	164
166 – Foro das pessoas jurídicas	165
166-a – Foro dos Estados e Municípios	165
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	166
168 – Foro relativo à arbitragem	166

§ 30 – Modificações da Competência

169 – Competência absoluta e competência relativa	167
170 – Prorrogação de competência	168
171 – Prorrogação legal	168
172 – Efeito prático	170
173 – Prevenção	170
174 – Outros casos de prorrogação legal	171
175 – Conexão entre ação penal e ação civil	172
176 – Prorrogação voluntária	173
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública.	174

§ 31 – Declaração de Incompetência

177 – Verificação de competência.	176
178 – Exceção de incompetência	176
179 – Incompetência absoluta	177

§ 32 – Conflito de Competência

180 – Noções gerais	178
181 – Procedimento do conflito	180
182 – Efeitos do conflito	180

Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

§ 33 – Organização Judiciária

183 – O Poder Judiciário Brasileiro	183
184 – Duplo grau de jurisdição	185

185 – Jurisdição extraordinária	185
186 – Competência	185
187 – Disciplina da magistratura	186
§ 34 – Órgãos Judiciários	
188 – Juízes	187
189 – Requisitos de atuação do juiz	187
190 – Garantias da magistratura	188
191 – Poderes e deveres do juiz	188
191-a – Atividade criativa do juiz	190
192 – Responsabilidade do juiz	191
193 – Garantia de imparcialidade do juiz	191
194 – Casuísmo legal	192
194-a – Juiz testemunha	192
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido	193
§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O juízo	194
197 – Escrivão	194
198 – Oficial de justiça	195
199 – Perito	196
200 – Depositário e administrador	197
201 – Intérprete	197
202 – Outros auxiliares eventuais	198

Parte III – ATOS PROCESSUAIS

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais

203 – Conceito.	201
204 – Agentes	202
205 – Atos do processo e atos do procedimento	202
206 – Classificação dos atos processuais	203
207 – Forma dos atos processuais	204
208 – Publicidade	205
209 – Meios de expressão	205
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados	206

§ 37 – Atos da Parte

210 – Conceito e classificação.	207
211 – Eficácia dos atos das partes	208
212 – Petições e autos suplementares	208
213 – Cotas marginais e lineares nos autos	208

§ 38 – Atos do Juiz

214 – Atividade processual do juiz	210
215 – Atos decisórios	210
216 – Definições legais	211
217 – Decisão interlocutória.	211
218 – Despachos.	212
219 – Sentença.	212

220 – Atos não decisórios	213
221 – Forma dos atos decisórios	214
§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais	215
223 – Autuação	216
224 – Termos processuais	216
225 – Forma dos termos	217

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais

226 – O tempo	219
227 – Feriados e férias forenses	220
228 – O lugar	221

§ 41 – Prazos

229 – Disposições gerais	223
230 – Classificação	224
231 – Natureza dos prazos	224
232 – O curso dos prazos	225
233 – Contagem dos prazos: termo inicial	226
234 – Prazos para recurso	228
235 – Termo final	229
236 – Preclusão	229
237 – Prazos para as partes	230
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares	231
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública	231
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários	232
241 – Inobservância de prazo da parte	232
242 – Inobservância dos prazos do juiz	232

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo

243 – Intercâmbio processual	233
244 – Forma dos atos de comunicação	233
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo	234
246 – Requisitos das cartas	234
247 – Cumprimento das cartas	234
248 – Cartas urgentes	235
249 – Custas nas cartas	235
250 – Cartas rogatórias	236

§ 43 – Citação

251 – Conceito	237
252 – Suprimento da citação	237
253 – Destinatário da citação inicial	238
254 – Local da citação	239
255 – Impedimento legal de realização da citação	239
256 – Modos de realizar a citação	239
257 – Citação por oficial de justiça	240
258 – Citação com hora certa	241
259 – Citação pelo Correio	242

260 – Citação por edital	243
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital.	244
262 – Efeitos da citação	245
263 – Prevenção	245
264 – Litispendência.	245
265 – Litigiosidade	246
266 – Mora	246
267 – Prescrição	246
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.	246

§ 44 – Intimações

269 – Conceito.	248
270 – Forma	248
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça	249
272 – Aperfeiçoamento da intimação	250
273 – Intimação em audiência.	251
274 – Intimação por edital ou com hora certa.	252
275 – Efeitos da intimação	252
275-a – Intimação pessoal do representante do Ministério Público e do Defensor Público.	252

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa

276 – Noções introdutórias	255
277 – Registro	255
278 – Distribuição	255
279 – Distribuição por dependência.	256
279-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	257
280 – Valor da causa	257
281 – Impugnação ao valor da causa	259

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade

282 – Conceito.	261
283 – Espécies de vícios do ato processual	261
284 – Atos inexistentes	262
284-a – Noção de nulidade	262
285 – Atos absolutamente nulos.	263
286 – Atos relativamente nulos	263
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual	264
288 – Sistema de nulidade do Código.	264
289 – Nulidades cominadas pelo Código	265
290 – Nulidades da citação e intimação	266
291 – Arguição das nulidades	266
292 – Momento da arguição.	266
293 – Decretação de nulidade	267
294 – Efeitos da decretação	267

Parte IV – INSTAURAÇÃO, CRISE E FIM DO PROCESSO

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução

295 – Noções gerais	271
-------------------------------	-----

§ 48 – Formação do Processo

296 – O processo	272
297 – Sujeitos da relação jurídica processual	272
298 – Início do processo.	274
299 – Formação gradual da relação processual	274
300 – Estabilização do processo.	275
301 – Alteração do pedido.	275
302 – Alterações subjetivas	276

§ 49 – Suspensão do Processo

303 – Conceito.	277
304 – Os casos de suspensão do processo.	277
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	278
306 – Suspensão por convenção das partes	279
307 – Suspensão em razão de exceção	280
308 – Suspensão por prejudicialidade	280
309 – Prejudicialidade e conexão	281
310 – Suspensão por motivo de força maior	282
311 – Outros casos legais de suspensão.	282
312 – Férias e suspensão do processo	282

§ 50 – Extinção do Processo (I)

313 – Encerramento da relação processual	284
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito.	284
315 – Indeferimento da inicial.	285
316 – Abandono da causa	285
317 – Ausência de pressupostos processuais	286
318 – Perempção	287
319 – Litispendência e coisa julgada	288
320 – Condições da ação	288
321 – Convenção de arbitragem.	289
322 – Desistência da ação	289
323 – Intransmissibilidade da ação	290
324 – Confusão entre autor e réu	291
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.	291
326 – Iniciativa da extinção do processo	291
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível	292

§ 51 – Extinção do Processo (II)

327 – Extinção do processo com julgamento do mérito.	293
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido.	294
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu	294
330 – Transação	295
330-a – Retratação e rescisão de transação	295
331 – Prescrição e decadência.	296
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação	297
332 – Renúncia ao direito	298

Processo de Conhecimento

Parte V – PROCESSO E PROCEDIMENTO

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição

333 – Processo.	303
-------------------------	-----

334 – Procedimento	303
335 – Procedimentos no processo de cognição	304
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	305
337 – Esquema do procedimento ordinário	305
338 – Fases do procedimento ordinário	306
339 – Fase postulatória	306
340 – Fase saneadora	306
341 – Fase instrutória	307
342 – Fase decisória	307
342-a – Adequação do Procedimento	307
§ 53 – Procedimento sumário	
343 – Causas de rito sumário	310
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário.	311
344 – Outras causas de procedimento sumário	313
345 – Indisponibilidade do rito sumário.	313
346 – O procedimento	314
347 – A petição inicial e seu despacho	315
348 – A citação e a resposta do réu	316
349 – Audiência de conciliação	317
349-a – Audiência de instrução e julgamento	319
350 – Revelia	319
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência	320
352 – Direito intertemporal	320

Parte VI – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial

353 – Petição inicial	325
354 – Requisitos da petição inicial	326
355 – Despacho da petição inicial.	327
356 – Casos de indeferimento da petição inicial	328
357 – Extensão do indeferimento	329
358 – Efeitos do despacho da petição inicial	330

§ 55 – O Pedido

359 – Petição inicial	331
360 – Pedido	331
361 – Requisitos do pedido	332
362 – Pedido concludente	332
363 – Pedido genérico	332
364 – Pedido cominatório	333
365 – Pedido alternativo.	334
366 – Pedidos sucessivos	334
367 – Pedido de prestações periódicas	335
368 – Pedido de prestação indivisível	335
369 – Pedidos cumulados	335
370 – Espécies de cumulação de pedidos	336
371 – Interpretação do pedido	337
372 – Aditamento do pedido	337
372-a – Modificação do pedido	338
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento	338

372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias	341
372-d – A efetivação da tutela antecipada.	343
372-e – Tutela antecipada parcial	344
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu	346
374 – A resposta do réu	346
375 – Espécies de defesa	347
376 – Defesa processual	347
377 – Defesa de mérito	348
378 – Reconvenção	349
379 – Síntese.	349
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito.	350
381 – Conteúdo e forma da contestação.	351
382 – Ônus da defesa especificada	351
383 – Preliminares da contestação.	352
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	354
385 – Réplica ou impugnação do autor	354
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito.	355
387 – Prazo	355
388 – Efeito da exceção	356
389 – Exceção de incompetência. Cabimento.	357
390 – Procedimento	357
391 – Exceções de impedimento e de suspeição	357
§ 59 – Reconvenção	
392 – Conceito.	361
393 – Pressupostos da reconvenção	361
394 – Procedimento	364
394-a – Reconvenção sem contestação	365
395 – Extinção do processo principal	365
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia	366
397 – Os efeitos da revelia	366
398 – Alteração do pedido.	368
399 – Reconhecimento da procedência do pedido	368

Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito.	369
401 – Réplica do autor.	370
402 – Revelia e provas	370
403 – Intervenção do Ministério Público	371
404 – Ação declaratória incidental	371
405 – Outras providências preliminares.	372
§ 62 – Julgamento Conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito.	373
407 – Extinção do processo	373

408 – Julgamento antecipado da lide	374
408-a – Audiência preliminar	375
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador	378
410 – Cabimento.	378
411 – Conteúdo	379
412 – Efeito preclusivo	379
413 – Formas do despacho saneador	380

Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova

414 – Conceito.	381
415 – Características da prova.	382
416 – Objeto da prova	382
417 – Finalidade e destinatário da prova	383
418 – Valoração da prova	384
419 – O sistema do Código	385
420 – Poder de instrução do juiz	386
421 – Ônus da prova.	387
422 – Sistema legal do ônus da prova	387
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	388
423 – Convenção sobre ônus da prova	389
424 – Meios de prova	389
424-a – Prova por presunção	390
425 – Procedimento probatório	391
426 – Instrução através de carta	392
427 – Dever de colaboração com a Justiça	392

§ 65 – Depoimento Pessoal

428 – Conceito.	393
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	393
430 – Legitimação para o depoimento	394
431 – Objeto do depoimento pessoal.	394
432 – Procedimento	394

§ 66 – Confissão

433 – Conceito.	396
434 – Requisitos da confissão	396
435 – Classificações	397
436 – Efeitos da confissão.	397
437 – Indivisibilidade da confissão	398
438 – Valor da confissão extrajudicial	399

§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa

439 – Conceito	400
440 – Oportunidade da medida.	400
441 – Legitimação	400
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte.	401
443 – Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro	402

§ 68 – Prova Documental

444 – Conceito.	407
445 – Força probante dos documentos	408

446 – Documentos públicos	408
447 – Documentos particulares	410
448 – Valor probante do documento particular	411
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos	412
450 – Livros comerciais	413
451 – Reprodução de documentos particulares	413
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	414
453 – Documentos viciados em sua forma	415
454 – Falsidade documental	415
455 – Espécies de falsidade	416
456 – Ônus da prova	417
457 – O incidente de falsidade	418
458 – Procedimento do incidente de falsidade	418
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade	420
459 – Produção da prova documental	420
460 – Desentranhamento de documentos	422
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito	424
462 – Valor probante das testemunhas	425
463 – Direitos e deveres da testemunha	427
464 – A produção da prova testemunhal	429
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001)	433
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito	434
466 – Admissibilidade da perícia	435
467 – O perito	436
468 – O procedimento da prova pericial	437
468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico	440
468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial	440
469 – Valor probante da perícia	440
470 – Nova perícia	441
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito	443
472 – Procedimento	443
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência	445
474 – Características da audiência	445
475 – Atos preparatórios	447
476 – Adiamento da audiência	447
477 – Antecipação de audiência	449
478 – Conciliação	449
479 – Procedimento da conciliação	451
480 – Instrução e julgamento	451
481 – Documentação da audiência	453

Capítulo XIX – Fase Decisória

§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo	455
483 – Conteúdo e finalidade do processo	456

§ 74 – Sentença

484 – Definição legal e classificação doutrinária	457
485 – Natureza da sentença definitiva	458
486 – Função da sentença definitiva	459
486-a – Função da sentença terminativa	460

§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença

487 – Conteúdo da sentença	461
488 – Relatório	461
489 – Motivação	462
490 – Dispositivo da sentença	463
491 – Condições formais da sentença	463
492 – Clareza	464
493 – Precisão	464
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	465
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa	467
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência	468
494 – Publicação e intimação da sentença	468
495 – Efeitos da publicação	469
496 – Correção e integração da sentença	470
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita, citra petita e extra petita</i>	470
496-b – Interpretação da sentença	472

§ 76 – Classificação das Sentenças

497 – Classificações	474
498 – Sentenças declaratórias	475
499 – Sentenças condenatórias	475
500 – Sentença constitutiva	476
501 – Momento de eficácia da sentença	476
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença	477

§ 77 – Efeitos da Sentença

503 – Conceito	478
504 – Entrega da prestação jurisdicional	478
505 – Hipoteca judiciária	479
506 – Outros efeitos secundários da sentença	479

§ 78 – Coisa Julgada

507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código	481
507-a – Coisa julgada administrativa	482
508 – Coisa julgada formal e material	482
508-a – Terminologia do julgamento de mérito	484
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada	485
510 – Arguição da coisa julgada	486
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	486
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	487
511 – Preclusão	488

§ 79 – Limites da Coisa Julgada

512 – Limites objetivos	491
513 – Motivos da sentença	492
514 – Verdade dos fatos	494
515 – Questões prejudiciais	494

516 – Questões implicitamente resolvidas	495
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário)	496
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário	498
518 – Limites subjetivos.	499
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas.	500
519 – Causas de estado	503
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejulgamentos	503
520-a – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso.	503
521 – Execução forçada e coisa julgada.	505

Parte VII – RECURSOS

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos

522 – Conceito.	509
523 – Fundamento do direito de recurso	510
524 – Atos sujeitos a recurso	510
525 – Recursos admissíveis	511
526 – Correição parcial	512
526-a – A técnica de julgamento dos recursos	513
526-b – <i>Reformatio in pejus</i>	513

§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos

527 – Duplo grau de jurisdição	515
528 – Legitimação para recorrer.	515
528-a – Particularidades do recurso de terceiro	516
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer	517
530 – Pressupostos objetivos do recurso	517
531 – Recorribilidade da decisão	517
532 – Tempestividade	517
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado.	519
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	520
534 – Singularidade do recurso	521
535 – Adequação do recurso	521
536 – Preparo	522
537 – Motivação e forma	522
537-a – Efeitos do recurso.	523
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos.	524
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença	524
540 – Recurso adesivo.	525
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau.	526
540-a-1 – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do agravo posterior à sentença.	527
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	527

§ 82 – A Apelação

541 – Conceito.	529
542 – Interposição da apelação	530
543 – Efeitos da apelação	531
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação.	534
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito	534
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515	535
543-a-3 – Prescrição e decadência.	537

543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação . . .	537
544 – Recebimento da apelação	538
545 – Deserção	539
546 – Prazo para interposição da apelação	540
547 – Julgamento em segunda instância	540
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito.	542
549 – Espécies de agravo	543
550 – Agravo retido	543
550-bis – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do agravo retido	545
550-a – Agravo posterior à apelação	545
550-b – Agravo retido no procedimento sumário	546
551 – Agravo de instrumento	546
552 – Efeitos do agravo de instrumento	547
553 – Processamento do agravo de instrumento	548
553-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do processamento do agravo de instrumento	550
554 – O contraditório	551
554-a – Outras observações sobre o novo regime do agravo de instrumento	552
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo	553
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito.	555
556 – Processamento	557
557 – Embargos adesivos	557
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes	558
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes	558
557-c – Legitimação para embargar.	559
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito.	561
559 – Pressupostos dos embargos de declaração	561
560 – Procedimento	562
561 – Efeito interruptivo	562
561-a – Efeito suspensivo	563
562 – Embargos manifestamente protelatórios	563
§ 86 – O Recurso de Revista e a Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista.	566
564 – Uniformização da jurisprudência	566
565 – Pressupostos do incidente.	566
566 – Legitimação para a provocação do incidente	567
567 – Apreciação do incidente	567
568 – Súmula jurisprudencial	568
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Intróito	570
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	571
571 – Recurso extraordinário	571
572 – Pressupostos do recurso extraordinário.	572
573 – Função do recurso extraordinário.	573
574 – Efeitos do recurso extraordinário	573
575 – Processamento do recurso extraordinário.	574

575-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o processamento do recurso extraordinário e do recurso especial	575
575-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544	575
576 – Poderes do Relator	576
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	577
576-b – Recurso especial	577
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial	581
576-d – Relevância da questão federal	582
576-d-1 – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça	582
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça	583
576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal	584
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ.	585
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido	586
§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos	
577 – Posição do novo Código	590
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	590

Parte VIII – O PROCESSO NOS TRIBUNAIS

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais

579 – Duplo grau de jurisdição	595
580 – Competência dos tribunais	595
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	596
582 – Casos de competência originária dos tribunais	596
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil.	598
584 – O funcionamento dos tribunais	599
585 – O sistema de julgamento dos tribunais	600
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais	601

§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira

586 – A eficácia da sentença estrangeira	604
587 – O sistema nacional	604
588 – A homologação da sentença estrangeira	605
589 – Natureza da decisão homologatória.	605
590 – O procedimento	606
591 – A execução	607

§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade

592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro.	608
593 – Regulamentação legal.	608
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	609
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade	609
596 – Iniciativa de arguição	609
597 – Momento da arguição.	610
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	610
599 – O julgamento da arguição.	610

§ 92 – Ação Rescisória

600 – Conceito	613
601 – Pressupostos	615
602 – Casos de admissibilidade da rescisória	617
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	618
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II)	618
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III)	619
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	620
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)	620
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	620
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI)	621
610 – Documento novo (art. 485, VII)	622
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII)	623
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	623
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	624
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso	625
614 – Legitimação	626
615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	627
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa	628
617 – A execução da sentença rescindenda	628
618 – Indeferimento da inicial	629
619 – Procedimento	629
620 – Natureza e conteúdo da decisão	630
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fê	631
621 – Rescisória de rescisória	634
622 – Prazo de propositura da ação rescisória	634
623 – Sentença nula de pleno direito	635
<i>Bibliografia</i>	639
<i>Índice Onomástico</i>	645
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	647
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	665

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	V
Apresentação da 41ª edição	IX
Apresentação da 39ª edição	XI
Apresentação da 38ª edição	XIII
Apresentação	XV

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença
Processo Cautelar e Tutela de Urgência

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

§ 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença	
624 – Introdução	6
625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	7
626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica	8
627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno	10
628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	11
629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias	11
630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro	13
631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005	13
632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i>	15
633 – Conclusões	17
634 – Direito intertemporal	19

§ 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória

635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	22
636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	24
636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória	25
636-a-1 – Tutela interdital como padrão	28
636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor	28
636-c – Sucumbência	29

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 95 – Noções Introdutórias

637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer	32
638 – Execução específica e execução substitutiva	32

§ 96 – Técnicas Processuais

639 – Tutela específica	34
639-a – Tutela substitutiva	35
639-b – Medidas de apoio	36
639-c – A multa (<i>astreinte</i>)	36

639-d – Execução da multa	38
639-e – Obrigações de não fazer	39
639-f – Encerramento do processo	39

§ 97 – Regras Especiais sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade

640 – Execução das prestações de declaração de vontade	41
640-a – Satisfação da contraprestação a cargo do exeqüente	42
640-b – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	43
640-c – Natureza jurídica da sentença	44

Capítulo XXIV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa

§ 98 – Noções Introdutórias

641 – Noção de obrigação de dar (<i>entrega de coisa</i>)	46
641-a – Execução específica e execução substitutiva	46

§ 99 – Técnica Processual

642 – Procedimento pós-sentença	48
643 – Tutela substitutiva	48
644 – Multa e outras medidas de apoio	49
645 – Obrigação genérica	49
646 – Retenção por benfeitorias	50

Capítulo XXV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa

§ 100 – Noções Introdutórias

647 – Noção de obrigação por quantia certa	52
648 – Execução por quantia certa fundada em sentença	52
649 – Multa legal	53

§ 101 – Técnica Processual

650 – Requerimento do credor	56
651 – O procedimento executivo	56

§ 102 – Defesa do Devedor

652 – Impugnação do executado	59
653 – Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	59
654 – Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz	64
655 – Regra especial para a impugnação ao excesso de execução	65
656 – Procedimento da impugnação	65
657 – Efeito da impugnação	65
658 – Instrução probatória	65
659 – Julgamento da impugnação	66

Capítulo XXVI – Os Títulos Judiciais Executivos

§ 103 – Enumeração Legal

660 – Noções introdutórias	68
660-a – Medidas preparatórias	69
660-b – Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira	69
660-c – Encerramento da execução de sentença	70

§ 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais	
661 – Sentença condenatória civil	72
662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	74
663 – Sentenças de indenização por ato ilícito	75
664 – Pensionamento em salários mínimos	78
665 – Sentença penal condenatória	78
666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação	79
667 – Homologação de acordo extrajudicial	80
668 – Sentença arbitral	80
669 – Sentença estrangeira	81
670 – O formal de partilha	81
§ 105 – Particularidades de Alguns Títulos Executivos Judiciais	
671 – Condenações a prestações alternativas	84
672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	84
672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo	85
673 – Julgamento fracionado da lide	86
§ 106 – Execução Provisória e Definitiva	
674 – Noções introdutórias	89
675 – Fundamentos da execução provisória	89
676 – Execução de título extrajudicial embargada	89
677 – Situação do tema no Código	90
678 – Normas básicas da execução provisória	91
678-a – Incidentes da execução provisória	93
678-b – Processamento da execução provisória	94
678-c – Execução provisória por quantia certa	94
§ 107 – Competência	
679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença	96
679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	96
679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa	97
679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral	97
679-d – Competência para execução civil da sentença penal	97
679-e – Competência internacional	98

Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido

§ 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
680 – Sentença ilíquida	100
681 – Execução da sentença ilíquida	100
681-a – Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais	101
682 – Casos de iliquidez da sentença	101
682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença	102
682-b – A liquidação e os honorários advocatícios	103
682-c – Limites da liquidação	103
682-d – Contraditório	104
682-e – Liqueidez parcial da sentença	104
682-f – Liquidação por iniciativa do vencido	105
682-g – Recursos	105
682-h – Liquidação frustrada	106
§ 109 – Procedimentos da Liquidação	
683 – Procedimentos possíveis	109

683-a – Liquidação por cálculo	109
683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	110
683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva	110
683-d – Liquidação por arbitramento	111
683-e – Liquidação por artigos	112
683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação	113
683-g – Rescisão da decisão liquidatória	114
683-h – Direito intertemporal	115

Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo XXVIII – Processo de Execução

§ 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada	
684 – Vias de execução	122
685 – O processo judicial	122
686 – Processo de conhecimento e processo de execução	122
686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	123
686-b – Visão unitária da jurisdição	124
686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada	125
686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	125
686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	126
686-f – Meios de execução	127
686-g – Autonomia do processo de execução	127
686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução	129
686-i – Novos rumos da execução de sentença	129
686-j – A reforma da execução do título extrajudicial	130
686-l – Direito intertemporal	132
§ 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
687 – Princípios informativos do processo de execução	135
687-a – Princípio da realidade: toda execução é real	135
687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor	136
687-c – Princípio da utilidade da execução	136
687-d – Princípio da economia da execução	136
687-e – Princípio da especificidade da execução	136
687-f – Princípio dos ônus da execução	137
687-g – Princípio do respeito à dignidade humana	138
687-h – Princípio da disponibilidade da execução	138
687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	139
§ 112 – Formas de Execução e Atos de Execução	
688 – As várias formas de execução	142
688-a – Execução singular e execução coletiva	142
689 – Atos de execução	142
690 – Relação processual executiva	144
691 – A citação executiva	145
§ 113 – Execução Provisória e Definitiva	
692 – Procedimento da execução forçada	147
692-a – Observações sobre a petição inicial	147

692-b – Execução provisória de título extrajudicial 148

§ 114 – Disposições Gerais

693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento 151

694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça 151

Capítulo XXIX – Requisitos para realizar qualquer execução

§ 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada

695 – Pressupostos processuais e condições da ação 154

696 – O título executivo 154

696-a – Função do título executivo 155

696-b – Efeito prático do título executivo 156

696-c – Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível 156

696-d – Formas dos títulos executivos 158

697 – O inadimplemento do devedor 158

697-a – O inadimplemento em contrato bilateral 160

Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos

§ 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução

698 – Elementos do processo executivo 164

Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)

§ 117 – Partes. Legitimação Ativa

699 – Nomenclatura 166

700 – Legitimação ativa 166

701 – Legitimação ativa originária do credor 166

702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público 167

703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente 167

704 – Espólio 168

705 – Herdeiros e sucessores 169

706 – Cessionário 169

707 – Sub-rogado 170

708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante 171

709 – Terceiros interessados 171

§ 118 – Legitimação Passiva

710 – Legitimação passiva 173

711 – Dívida e responsabilidade 173

712 – O devedor 174

713 – Espólio e sucessores 175

714 – O novo devedor 176

715 – Fiador judicial 177

715-a – Fiador extrajudicial 177

716 – Responsável tributário 179

717 – Revelia do devedor e curador especial 181

§ 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução

718 – Litisconsórcio 184

719 – Assistência 184

720 – Denúnciação da lide 185

721 – Chamamento ao processo	186
§ 120 – Processo Cumulativo	
722 – Cumulação de execuções	189
722-a – Cúmulo subjetivo	190

Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)

§ 121 – O Órgão Judicial	
723 – Juízo competente para a execução	192
723-a – Execução de sentença	192
723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais	193
723-c – Competência para a execução fiscal	193
723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro	194
723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos	194

Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 122 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exequíveis	196
724-a – Resquícios da execução pessoal	196
§ 123 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade	198
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	199
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	199
728 – Responsabilidade executiva secundária	200
729 – Excussão de bens do sucessor singular	200
730 – Excussão de bens do sócio	202
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	203
732 – Bens do devedor em poder de terceiros	203
733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação	204
734 – Bens alienados em fraude de execução	204
735 – Casos de fraude de execução	206
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor	207
736-a – A posição do terceiro adquirente em face da execução	209
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção	210
738 – Excussão de bens do fiador	211
739 – Bens de espólio	211

Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva	214
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	214
§ 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	217
743 – Títulos cambiários e cambiariformes	217
744 – Duplicata	218
745 – Responsáveis cambiários	218
746 – Documento público ou particular	219
747 – Confissões de dívida	220
747-a – Contrato de abertura de crédito	220
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução	222
748-a – Execução hipotecária	223

748-b - Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	225
749 - Classificação das garantias	226
750 - Seguros	227
751 - Rendas imobiliárias	227
752 - Encargo de condomínio	227
753 - Custas judiciais, emolumentos e honorários	228
754 - Dívida ativa da Fazenda Pública	229
755 - Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título ...	231
756 - Títulos executivos definidos em outras leis	232
757 - Títulos estrangeiros	232

Capítulo XXXV – Disposições Gerais

§ 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil	237
759 – Direito de preferência gerado pela penhora	237
759-a – Tutela aos privilégios emergentes da penhora	239
760 – A documentação da petição inicial	239
761 – Outras providências a cargo do credor	240
762 – Obrigações alternativas	240
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto	240
764 – Medidas acautelatórias	240
764-a – Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público	241
764-b – Efeito da averbação	241
764-c – Abuso do direito de averbação	242
765 – Dívida sujeita à contraprestação	242
766 – Petição inicial incompleta ou mal-instruída	243
767 – Execução e prescrição	243
768 – Nulidades no processo de execução	244
769 – Imperfeição do título executivo	244
770 – Falta de título executivo	245
771 – Nulidade da execução fiscal	245
772 – Vício da citação	246
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo	247
774 – A arguição das nulidades	247
775 – A arrematação de bem gravado com direito real	248
775-a – Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor	249
776 – Execução realizável por vários meios	249
776-a – Peculiaridades da citação executiva	250

Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

§ 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa	
777 – Conceito	254
778 – Entrega de coisa certa	254
779 – Procedimento	255
779-a – Cominação de multa diária	256
780 – Efeito dos embargos	257
781 – Alienação da coisa devida	257
782 – Execução da obrigação substitutiva	258
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção	258
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	259

784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02)	260
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa	260
784-c – Embargos de retenção	261
785 – Execução para entrega de coisa incerta	261
786 – Medidas de coerção e apoio	262

Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
787 – O problema da execução das prestações de fato	266
788 – Fungibilidade das prestações	266
789 – <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação	267
790 – Distingções preliminares	268
791 – Princípios comuns	269
792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444	269
793 – Execução das prestações fungíveis	270
794 – Realização da prestação fungível por terceiro	270
795 – Inadimplência do terceiro contratante	272
796 – Realização da prestação pelo próprio credor	272
796-a – O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 634 do CPC	273
797 – Autotutela prevista no novo Código Civil	274
798 – Execução das prestações infungíveis	274
799 – Execução das obrigações de não fazer	275
800 – Medidas sub-rogoratórias e antecipatórias	275

Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

§ 129 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa	282
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	282
803 – Espécies	283

Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 130 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente	286
805 – Proposição	286
805-a – Procedimento da penhora e avaliação	287
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado	288
806-a – Honorários de advogado em execução de título extrajudicial	289
806-b – Redução da verba honorária	291

Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

§ 131 – Penhora	
807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	294
808 – Natureza jurídica da penhora	294
809 – Função da penhora	296
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	297

811 – Penhora de imóvel	299
812 – Averbação da penhora no registro imobiliário	301
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução	302
§ 132 – Objeto da Penhora	
813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis	305
814 – Bens absolutamente impenhoráveis	306
814-a – Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	310
814-b – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	311
814-c – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal	312
815 – Bens relativamente impenhoráveis	312
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil	313
817 – Limites da penhora	316
817-a – Valor dos bens penhoráveis	316
818 – Escolha dos bens a penhorar	317
819 – A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	317
820 – Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes	318
820-a – Penhora sobre os bens escolhidos pelo devedor	319
820-b – Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	319
820-c – Situação dos bens a penhorar	320
821 – Bens fora da comarca	320
§ 133 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora pelo oficial de justiça	323
822-a – Penhora de bens em mãos de terceiro	323
822-b – Dificuldade na localização dos bens a penhorar	324
822-c – Frustração da diligência	324
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	324
824 – Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão	325
825 – Intimação de penhora	325
§134 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens	328
826-a – Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	328
826-b – Impenhorabilidade do saldo bancário	329
826-c – Penhora de parte do faturamento da empresa executada	329
826-d – Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento	330
826-e – Penhora <i>on line</i> e preservação do capital de giro da empresa	330
826-f – Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não-devedor	331
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	331
828 – Penhora de direitos e ações	332
829 – Penhora sobre créditos do executado	332
830 – Sub-rogação do exeqüente nos direitos do executado	333
831 – Penhora no rosto dos autos	334
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	334
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos	334
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	335
835 – Penhora de navio ou aeronave	336
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	336
§ 135 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora	338
837-a – Substituição da penhora	338

837-b – Substituição por iniciativa de qualquer das partes	339
837-c – Substituição por iniciativa do executado	340
837-d – Ausência de prejuízo para o exeqüente na substituição	341
837-e – Menor onerosidade para o executado	341
837-f – Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro	341
838 – Remição da execução por quantia certa	342

§ 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados

839 – Depósito dos bens penhorados	344
840 – Escolha do depositário	344
840-a – Depósito dos bens imóveis	344
840-b – Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira	345
840-c – Depósito em caso de penhora sobre jóias, pedras e objetos preciosos	345
841 – Função do depositário	345
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados	346
843 – Depositário comum e depositário administrador	346
844 – Responsabilidade do depositário	347
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva	347
846 – Prisão civil do depositário judicial	348

Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)

§ 137 – Expropriação

847 – Conceito	350
848 – Avaliação	351
848-a – O encarregado da avaliação	351
848-b – Laudo de avaliação	352
848-c – Dispensa da avaliação	352
848-d – Avaliação de bem imóvel	353
848-e – Avaliação e contraditório	353
848-f – Repetição da avaliação	354
848-g – Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	355

§ 138 – Adjudicação

849 – Introdução	358
850 – Conceito de adjudicação	358
851 – Requisitos da adjudicação	359
851-a – Depósito do preço	359
851-b – Legitimação para adjudicar	360
851-c – Adjudicação por credor	361
851-d – Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado	361
851-e – Prazo para a adjudicação	362
852 – Concurso entre pretendentes à adjudicação	362
853 – Auto de adjudicação	363
853-a – Aperfeiçoamento da adjudicação	364
853-b – Carta de adjudicação	364

§ 139 – Alienação por iniciativa particular

854 – As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular	366
855 – Formalização da alienação por iniciativa particular	367
856 – Carta de alienação	367

§ 140 – Alienação em hasta pública

857 – Conceito de hasta pública e arrematação	370
---	-----

858 – Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais	370
859 – Leilão e praça	371
860 – Editais e outras divulgações da hasta pública	372
861 – Intimação do devedor	373
861-a – Outras intimações	373
862 – Adiamento da hasta pública	375
863 – A hasta pública	375
864 – Legitimação para arrematar	376
865 – Forma de pagamento da arrematação	377
866 – Auto de arrematação	377
867 – Arrematação de imóveis	378
867-a – Oportunidade da proposta de arrematação a prazo	379
867-b – Requisitos mínimos da proposta	380
867-c – O cumprimento das prestações	380
868 – Perda de eficácia da arrematação	380
869 – Natureza da perda de efeitos da arrematação	384
870 – Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	384
871 – Carta de arrematação	385
872 – Efeitos da arrematação	387
873 – Evicção e arrematação	387
874 – Vícios redibitórios	389
875 – Ação anulatória da arrematação	389
876 – Remição dos bens arrematados	390

Capítulo XLII – Fase de Satisfação

§ 141 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor	392
877-a – Última etapa do processo de execução	393
§ 142 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro	395
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução	395
880 – Procedimento do concurso particular	396
§ 143 – Pagamento por Usufruto Forçado	
881 – Usufruto de móvel ou imóvel	399
882 – Efeitos do usufruto judicial	401

Capítulo XLIII – Execução Contra a Fazenda Pública

§ 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
883 – Execução forçada contra a Fazenda Pública	406
883-a – Julgamento	407
884 – Exceções ao regime dos precatórios	408
885 – Execução por quantia certa fundada em sentença	409
886 – Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública	
Indireta	409
887 – Execução provisória	410
888 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	410
888-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar	412
889 – Execução de obrigação de dar	413
890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública	413

Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia	418
891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005)	418
892 – Averbação em folha de pagamento	418
893 – Prisão civil do devedor	419
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos	420
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733)	421
895-a – Execução provisória	421

Parte XI – Oposição à Execução Forçada

Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 146 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução	427
896-a – Outros meios impugnativos	427
896-b – Embargos e impugnação	429
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução	431
897-a – Classificação dos embargos do devedor	432
898 – Legitimação	432
898-a – Autonomia dos embargos de cada co-executado	433
899 – Competência	434
900 – Generalidades sobre o processamento dos embargos	435
900-a – Segurança do juízo	437
900-b – Prazo para propositura dos embargos do devedor	438
900-c – Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	439
901 – Rejeição liminar dos embargos	439
902 – Procedimento	442
903 – A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios	443
903-a – Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé	444
904 – Os embargos à execução e a revelia do embargado	445
905 – Efeitos dos embargos sobre a execução	447
905-a – Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	447
905-b – Embargos parciais	448
905-c – Embargos de um dos co-executados	448
906 – Embargos fundados em excesso de execução	449
907 – Embargos à execução de sentença	449
908 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento	450
909 – Embargos de retenção por benfeitorias	450
910 – Embargos à execução de título extrajudicial	451
910-a – Arguição de nulidade da execução	452
910-b – Vícios da penhora e da avaliação	453
910-c – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	454
910-d – Retenção por benfeitorias	455
910-e – Defesas próprias do processo de conhecimento	455
911 – Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	456
911-a – Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	457
911-b – Legitimação para os embargos do art. 746	458
911-c – Objeto dos embargos do art. 746	458
911-d – A posição especial do arrematante	459

911-e – Litigância de má-fé nos embargos do art. 746	459
911-f – Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados	460
911-g – Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746	460
912 – Exceção de pré-executividade	461
912-a – Sucumbência na exceção de pré-executividade	462
§ 147 – Parcelamento forçado do crédito exequendo	
913 – Moratória legal	466
913-a – Requisitos para a obtenção do parcelamento	466
913-b – Procedimento do incidente	467
913-c – Indeferimento do parcelamento	467
913-d – Descumprimento do parcelamento	468
§ 148 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito	470
915 – Legitimação ativa	470
916 – Legitimação passiva	471
917 – Valor da causa	471
918 – Competência	472
919 – Oportunidade	472
920 – Julgamento e recurso	472
921 – Procedimento	472
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	473
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro	473

Parte XII – Insolvência Civil

Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 149 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular	478
925 – Pressupostos da execução coletiva	479
926 – Efeitos da declaração de insolvência	480
927 – Características da execução coletiva	481
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	482
§ 150 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	484
930 – Caracterização da insolvência	485
§ 151 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação	488
932 – Insolvência requerida pelo credor	489
933 – Caráter facultativo da ação concursal	489
934 – Insolvência de cônjuges	490
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor	490
§ 152 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor	493
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	494
§ 153 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência	498

§ 154 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência	500
§ 155 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa	503
941 – Atribuições do administrador	504
§ 156 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos	506
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo	507
944 – Quadro geral de credores	507
§ 157 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores	510
946 – Encerramento e suspensão do processo	510
947 – Saldo devedor	511
948 – Extinção das obrigações	512
§ 158 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil	515
950 – Pensão para o devedor	515
951 – Insolvência de pessoas jurídicas	516
951-a – Editais	516

Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 159 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução	524
953 – Casos de suspensão	524
954 – Suspensão provocada por embargos	525
955 – Suspensão prevista no art. 265, n ^{os} I a III	525
955-a – Suspensão por transação	525
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	526
957 – Efeitos da suspensão	527
958 – Extinção da execução	527
959 – Extinção por satisfação do direito do credor	527
960 – Extinção por remissão da dívida	528
961 – Extinção por renúncia	528
962 – Outros casos de extinção da execução	528
963 – Sentença de extinção	529
964 – Coisa julgada	529
§ 160 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução	532
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	532
967 – Casos de cabimento da apelação	533
968 – Casos de agravo de instrumento	533
969 – Efeitos dos recursos	533
969-a – Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação	534
970 – Causas de alçada	534

Parte XIV – Processo Cautelar

Capítulo XLVIII – Noções Gerais

§ 161 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo	540
972 – Processo principal e processo cautelar	541
973 – A ação cautelar	541
974 – Medidas cautelares	542
975 – Peculiaridades da atividade cautelar: Instrumentalidade	543
976 – Provisoriedade	543
977 – Revogabilidade	544
978 – Autonomia	545
979 – Classificação das medidas cautelares	545
980 – Classificação do direito positivo	546
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil	547
982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas	548
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória	548
§ 162 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar	551
984 – O <i>fumus boni iuris</i>	551
985 – <i>Periculum in mora</i>	552
986 – Oportunidade da providência cautelar	553
987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i>	553
988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i>	554
§ 163 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas	557
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	557
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	558
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas	558
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica	559
994 – Opção entre medida típica e medida atípica	560
995 – Aplicação prática de medidas atípicas	560
996 – Limites do poder geral de cautela	561

Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

§ 164 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade	566
998 – Competência	566
999 – Competência e prevenção do juízo	567
1.000 – Competência cautelar em grau recursal	568
1.000-a – Intervenção de terceiros	569

§ 165 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar

1.001 – Objetos da tutela cautelar	572
1.002 – Provas	572
1.003 – Instrução do processo cautelar	572
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar	573

Capítulo L – Procedimento

§ 166 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar	576
1.006 – Procedimentos cautelares	577
1.007 – Autuação própria	577
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares	577
1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual	578

§ 167 – Petição Inicial da Ação Cautelar	
1.010 – Petição inicial	581
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária	581
1.012 – Lide e seu fundamento	582
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão	582
1.014 – Provas a produzir	583
1.015 – O pedido	584
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido	584

§ 168 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento	
1.017 – A defesa do requerido	587
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção	587
1.019 – Revelia	588
1.020 – Audiência de instrução e julgamento	588

§ 169 – Medida Liminar e Contracautela	
1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i>	590
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar	591
1.023 – Contracautela	591

Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 170 – Sentença Cautelar	
1.024 – Julgamento da pretensão cautelar	594
1.025 – Coisa julgada	594
1.026 – Limites da sentença	595
1.027 – Fundamentação	595
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios	595

§ 171 – Execução das Medidas Cautelares	
1.029 – Execução em matéria cautelar	599
1.030 – Figura unitária do processo cautelar	599
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução	600
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar	600

Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 172 – Fungibilidade	
1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares	604
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar	604
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva	604
1.036 – Procedimento	605

§ 173 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo	
1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar	607

1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal	607
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal	607
1.040 – Conclusão	608
1.041 – Suspensão do processo	609

§ 174 – Extinção da Medida Cautelar

1.042 – Formas de extinção da medida cautelar	611
1.043 – Processamento da extinção	611
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia	611

§ 175 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar

1.045 – Modificabilidade e revogabilidade	614
1.046 – Procedimento	614
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar	615

Capítulo LIII – Recursos no Processo Cautelar

§ 176 – Remédios Recursais

1.048 – Apelação	618
1.049 – Agravo	618
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial	618

Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

§ 177 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar

1.051 – Responsabilidade civil do promovente	622
1.052 – Liquidação e execução da indenização	622

Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos

§ 178 – Arresto

1.053 – Conceito	626
1.054 – Arresto e seqüestro	626
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto	627
1.056 – Prova de dívida líquida e certa	627
1.057 – Fundado receio de dano	628
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto	628
1.059 – Prova documental	629
1.060 – Justificação prévia	629
1.061 – Caução	629
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente	630
1.063 – Bens arrestáveis	630
1.064 – Legitimação para a ação de arresto	631
1.065 – Competência	631
1.066 – Procedimento	632
1.067 – Execução do arresto	632
1.068 – Depositário	633
1.069 – Suspensão da execução do arresto	633
1.070 – Efeitos do arresto	634
1.071 – Extinção do arresto	634

§ 179 – Seqüestro

1.072 – Conceito	638
1.073 – Ação de seqüestro	638

1.074 – Procedimento	639
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro	639
1.076 – Cabimento do seqüestro	639
1.077 – Objeto do seqüestro	639
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro	640
1.079 – Casuismo legal	640
1.080 – Receio de rixas e danificações	641
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando	642
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais	642
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro	643
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro	643
 § 180 – Caução	
1.085 – Conceito	647
1.086 – Classificação	647
1.087 – Cauções legais	647
1.088 – Cauções negociais	648
1.089 – Caução processual	648
1.090 – A ação de caução	648
1.091 – Objeto da caução	649
1.092 – Legitimação e competência	649
1.093 – Procedimento	649
1.094 – Cauções tipicamente cautelares	650
1.095 – Execução da sentença	651
1.096 – Caução às custas	651
1.097 – Reforço da caução	652
 § 181 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito	655
1.099 – Classificação	655
1.100 – Pressupostos	656
1.101 – Objeto	656
1.102 – Competência	656
1.103 – Procedimento	656
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais	657
 § 182 – Exibição	
1.105 – Conceito	660
1.106 – Ação de exibição	660
1.107 – Classificação	660
1.108 – Exibição incidental	661
1.109 – Ação cautelar exibirória	661
1.110 – Exibição de coisas móveis	662
1.111 – Exibição de documentos	662
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial	663
1.113 – Procedimento da ação exibirória contra parte	664
1.114 – Procedimento da ação exibirória contra terceiro	666
1.115 – Eficácia da exibição	666
1.116 – Prevenção de competência	667
1.117 – Ação exibirória e medida liminar	667
 § 183 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova	671
1.119 – Ação cautelar antecipatória	671

1.120 – Cabimento	671
1.121 – Oportunidade	673
1.122 – Objeto da antecipação de prova	673
1.123 – Competência	673
1.124 – Procedimento	674
1.125 – Sentença	675
1.126 – Valoração da prova antecipada	675
1.127 – Eficácia	675
1.128 – Medida <i>inaudita altera parte</i>	676
1.129 – Despesas processuais	676
1.130 – Destino dos autos	676
§ 184 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos	679
1.132 – Alimentos provisionais	679
1.133 – Cabimento e oportunidade	680
1.134 – Legitimação	681
1.135 – Competência	681
1.136 – Procedimento	681
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais	682
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais	683
1.139 – Outras ações de cunho alimentar	683
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos	684
1.141 – Execução	684
§ 185 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito	688
1.143 – Pressupostos	688
1.144 – Objeto da medida	689
1.145 – Legitimação	689
1.146 – Procedimento	689
1.147 – O contraditório	690
1.148 – Sentença	691
1.149 – Eficácia	691
§ 186 – Justificação	
1.150 – Conceito	694
1.151 – Natureza jurídica	694
1.152 – Objeto	694
1.153 – Competência	695
1.154 – Procedimento	695
1.155 – Julgamento da justificação	696
§ 187 – Protestos, Notificações e Interpelações	
1.156 – Conceito	699
1.157 – Protesto	699
1.158 – Notificação	700
1.159 – Interpelação	700
1.160 – Indeferimento do pedido	700
1.161 – Contraprotesto	701
1.162 – Procedimento	702
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos	703

§ 188 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação	706
1.165 – Natureza jurídica da medida processual	706
1.166 – Procedimento	707
1.167 – Sentença	708
1.168 – Execução	708
§ 189 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito	711
1.170 – Natureza da ação	711
1.171 – Legitimação	711
1.172 – Procedimento	712
1.173 – Sentença	713
1.174 – Efeitos	713
§ 190 – Atentado	
1.175 – Conceito	717
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil	717
1.177 – Cabimento	717
1.178 – Pressupostos do atentado	718
1.179 – Exame do casuísimo legal	718
1.180 – Legitimidade	719
1.181 – Competência	720
1.182 – Procedimento	720
1.183 – Sentença	721
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo	721
1.184-a – Perdas e danos	722
§ 191 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.185 – Protesto cambiário	725
1.185-a – Procedimento	725
1.185-b – Registro do protesto	726
1.185-c – Dúvidas do Oficial	726
1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor	727
§ 192 – Outras Medidas Provisionais	
1.186 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC	731
1.186-a – Procedimento	731

Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

Capítulo LVI – Tutela de Urgência

§ 193 – Noções Introdutórias	
1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material .	736
1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro	737
1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	738
1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro	740
1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência	742
1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02	743
1.187-f – Conclusão	745

§ 194 – Tutela Antecipada	
1.188 – Intróito	748
1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela ..	750
1.188-b – Justificação da tutela antecipada	751
1.188-c – Conceito de tutela antecipada	752
1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais	753
1.188-e – Casos de antecipação de tutela	755
1.188-e-1 – Contestação parcial	756
1.188-f – Extensão	757
1.188-g – Pressupostos	757
1.188-h – Outros pressupostos	758
1.188-i – Momento ou oportunidade	759
1.188-j – Provisoriedade	760
1.188-l – Reversibilidade	761
1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público	762
1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada	762
1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada	764
1.188-p – Conclusão	764
§ 195 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas	
1.189 – Noção de antecipação de tutela	767
1.189-a – Requisitos da tutela antecipada	767
1.189-b – Natureza das providências antecipatórias	768
1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito ...	770
1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório	777
1.189-e – Conclusão	777
§ 196 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias	
1.190 – Jurisdição e execução	779
1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução	780
1.190-b – Medidas cautelares	781
1.190-c – Execução das medidas cautelares	782
1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar	783
1.190-e – Tutela antecipatória	786
1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela	787
§ 197 – Necessidade de Não Radicalizar a Distinção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar	
1.191 – Intróito	790
1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela	792
1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela	794
1.191-c – Conclusão	796
§ 198 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela	
1.192 – Fontes da responsabilidade civil	799
1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil	801
1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias	804
1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução	807
1.192-d – Conclusão	809

Bibliografia	811
Índice Onomástico	827
Índice Alfabético de Assuntos	831
Índice dos Fluxogramas	867

ÍNDICE DA MATÉRIA

Apresentação da 42ª edição.....	XXIII
Apresentação	XXV

Procedimentos Especiais

Parte XVI – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

Capítulo LVII – Procedimentos Especiais

§ 199 – Generalidades	
1.193 – Conceito.....	1
1.194 – Razão de ser dos procedimentos especiais.....	2
1.195 – Técnicas de especialização procedimental.....	3
1.196 – Complementação das regras procedimentais.....	4
1.197 – Pressupostos dos procedimentos especiais	5
1.198 – Erro na adoção do procedimento.....	5

Capítulo LVIII – Ação de Consignação em Pagamento

§ 200 – Os Fundamentos do Depósito em Consignação	
1.199 – O direito de pagar	7
1.200 – A liberação natural e a liberação forçada do devedor	8
1.201 – A ação de consignação em pagamento	8
1.202 – Histórico da consignação em pagamento.....	9
§ 201 – O Procedimento da Consignação em Pagamento	
1.203 – Natureza do instituto da consignação.....	10
1.204 – Natureza processual da ação de consignação.....	11
1.205 – Prestações passíveis de consignação.....	11
1.206 – Cabimento da consignação	12
1.207 – Liquidez da prestação devida	13
1.208 – Consignação principal e incidental.....	16
1.209 – Legitimação <i>ad causam</i>	17
1.210 – Competência	19
1.211 – Consignação no local em que se acha a coisa devida	20
1.212 – Oportunidade da consignatória	21
1.213 – Objeto da consignação.....	23
1.214 – Obrigação de prestações periódicas	24
1.215 – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	24
1.216 – Quebra da seqüência de depósitos periódicos.....	25
1.217 – O procedimento especial da consignatória	26
1.218 – Obrigações alternativas.....	27
1.219 – Valor da causa	27

1.220 – Resposta do demandado.....	28
1.221 – Comparecimento do credor para receber.....	28
1.222 – Não-comparecimento e revelia do demandado.....	29
1.223 – Levantamento do depósito pelo devedor.....	30
1.224 – Contestação.....	31
1.225 – Matéria de defesa.....	31
1.226 – Complementação do depósito insuficiente.....	32
1.227 – Sentença.....	34
1.228 – Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito.....	34
1.229 – Particularidades da consignação por dúvida.....	35
1.230 – A posição dos possíveis credores.....	36
1.231 – Resgate da enfiteuse.....	37
1.231-a – A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios.....	38
1.231-b – A consignação de obrigação em dinheiro.....	40
1.231-c – Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	41

Capítulo LIX – Ação de Depósito

§ 202 – O Depósito e sua Tutela Judicial	
1.232 – Conceito e espécies de depósito.....	45
1.233 – Ação de depósito.....	46
1.234 – Histórico.....	47
1.235 – Natureza da ação.....	47
1.236 – Objeto da pretensão.....	48
§ 203 – O Procedimento da Ação de Depósito	
1.237 – Pressupostos da ação.....	50
1.238 – Legitimação.....	51
1.239 – Competência.....	52
1.240 – Especialidade do procedimento.....	52
1.241 – Caráter expedito do procedimento.....	53
1.242 – Prisão civil.....	53
1.243 – Resposta do demandado.....	55
1.244 – Entrega da coisa.....	55
1.245 – Consignação do equivalente econômico.....	56
1.246 – Consignação da própria coisa.....	56
1.247 – Contestação.....	57
1.248 – Sentença e execução.....	58
1.249 – Outras providências executivas.....	59
1.250 – Depositário judicial.....	59
1.251 – Penhor mercantil, industrial e rural.....	60
1.252 – Alienação fiduciária em garantia.....	62

Capítulo LX – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 204 – Títulos ao Portador	
1.253 – Tutela processual do título ao portador.....	65
1.254 – Títulos ao portador tuteláveis.....	65
§ 205 – Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	
1.255 – Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador.....	67
1.256 – Ação de reivindicação.....	67
1.257 – Ação de anulação e substituição.....	69
1.258 – Legitimação.....	69

1.259 – Competência	69
1.260 – Especialidade do procedimento (petição inicial e citações)	70
1.261 – Justificação liminar.....	70
1.262 – Contestação.....	71
1.263 – Posição processual do devedor	72
1.264 – Sentença.....	72
1.265 – Ordem de substituição do título	74
1.266 – Destruição do título	74

Capítulo LXI – Ação de Prestação de Contas

§ 206 – Generalidades	
1.267 – Conceito.....	79
1.268 – Ação de dar e ação de exigir contas.....	79
1.269 – Natureza jurídica	80
1.270 – Cabimento.....	81
1.271 – Legitimação e interesse	83
1.272 – Prestação de contas dos administradores judiciais.....	84
1.273 – Sociedade e prestação de contas.....	85
1.274 – Ações matrimoniais e prestação de contas	86
1.275 – Prestação de contas entre condôminos.....	87
1.276 – Organização das contas.....	87
1.277 – Prova das contas.....	87
§ 207 – Ação de Exigir Contas	
1.278 – Ação de exigir contas.....	89
1.279 – Procedimento da primeira fase.....	89
1.280 – Reconvenção.....	90
1.281 – Sentença da primeira fase	90
1.282 – Procedimento da segunda fase	91
1.283 – Contas elaboradas pelo autor.....	92
1.284 – Sucumbência.....	94
§ 208 – Ação de Dar Contas	
1.285 – Caráter unitário do procedimento	96
1.286 – Procedimento	96
1.287 – Sucumbência.....	98
§ 209 – Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas	
1.288 – Sentença e execução	99

Capítulo LXII – Ações Possessórias

§ 210 – Generalidades	
1.289 – A posse e seus efeitos	103
1.290 – A razão da tutela possessória.....	104
1.291 – O instituto da posse e a paz social.....	105
1.292 – O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório)	107
1.293 – Natureza jurídica da posse.....	108
1.294 – Requisitos da tutela possessória	111
§ 211 – Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição	
1.295 – Origem dos interditos possessórios.....	114

1.296 – As ações possessórias.....	115
1.297 – Competência	116
1.298 – Legitimação ativa	116
1.299 – Legitimação passiva.....	116
1.299-a – Petição inicial	117
1.300 – Procedimento: as ações de força nova e força velha.....	118
1.301 – Medida liminar	118
1.302 – A decisão sobre a liminar	119
1.303 – Posse de coisas e posse de direitos	120
1.304 – O petitório e o possessório	122
1.305 – A exceção de propriedade no juízo possessório.....	124
1.306 – Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro	126
1.307 – Natureza dúplice das ações possessórias	127
1.307-a – Liminar em favor do réu.....	128
1.308 – Natureza real das ações possessórias	130
1.309 – Natureza executiva do procedimento interdital	131
1.310 – Cumulação de pedidos	133
1.311 – Interdito proibitório	134
§ 212 – Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos	
1.312 – Embargos de terceiro.....	135
1.313 – Medida liminar e mandado de segurança	136
1.314 – Embargos de retenção	137
1.315 – Nomeação à autoria e denúncia da lide	137

Capítulo LXIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 213 – Generalidades	
1.316 – O direito de vizinhança e o direito de construir	143
1.317 – Nunciação de obra nova	144
1.318 – Conceito de obra nova	146
§ 214 – Procedimento da Nunciação de Obra Nova	
1.319 – Competência	148
1.320 – Legitimação ativa	148
1.321 – Legitimação passiva.....	150
1.322 – Participação do cônjuge	150
1.323 – Embargo extrajudicial	150
1.324 – Cumulação de pedidos	151
1.325 – Embargo liminar	152
1.326 – Prosseguimento da obra	153
1.327 – Especialização do rito da nunciação de obra nova.....	154
1.328 – Sentença e execução	154

Capítulo LXIV – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 215 – Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva	
1.329 – Noção de usucapião	157
1.330 – Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro.....	157
1.331 – Requisitos gerais do usucapião	158
1.332 – Requisitos do usucapião ordinário	163
1.333 – Requisitos do usucapião extraordinário	165

1.334 – Requisitos do usucapião especial.....	166
§ 216 – Condições de Procedibilidade	
1.335 – Legitimação ativa	168
1.336 – Legitimação passiva.....	170
1.337 – Competência	172
1.338 – Conexão e litispendência	173
§ 217 – Procedimento	
1.339 – Procedimento	174
1.340 – Petição inicial	174
1.341 – Citação	176
1.342 – Justificação preliminar.....	176
1.343 – Contestação.....	177
1.344 – Revelia.....	178
1.345 – Pendência de possessória.....	179
1.346 – Ministério Público	179
1.347 – Instrução e julgamento.....	179
1.348 – Sentença.....	180
1.349 – Coisa julgada	181
1.350 – Registro de Imóveis	181
1.351 – Usucapião como matéria de defesa	183

Capítulo LXV – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 218 – Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352 – Inrôito	185
1.353 – Noções gerais.....	185
1.354 – As ações divisórias.....	186
1.355 – Objetivo do procedimento demarcatório e divisório	186
1.356 – Caráter unitário do procedimento	187
1.357 – Procedimento	188
1.358 – Citação única	188
1.359 – Natureza da ação.....	189
1.360 – Competência	190
1.361 – Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação.....	190
1.362 – Competência em caso de ações propostas separadamente	191
§ 219 – Ação de Demarcação	
1.363 – Legitimação ativa para o procedimento demarcatório.....	192
1.364 – Legitimação passiva para a demarcação.....	193
1.365 – Cumulação de demarcatória e reivindicatória.....	194
1.366 – Demarcatória cumulada com queixa de esbulho	195
1.367 – Roteiro geral do procedimento demarcatório	196
§ 220 – Ação de Divisão	
1.368 – Legitimação ativa para o procedimento divisório	199
1.369 – Legitimação passiva para a divisão.....	201
1.370 – Litisconsórcio passivo necessário	202
1.371 – Posição dos confrontantes na divisão.....	203
1.372 – Roteiro geral do procedimento divisório.....	203
§ 221 – Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373 – Divisão e demarcação de posse	206

1.374 – Questões possessórias.....	207
1.375 – Coisa julgada	207
1.376 – Rescisão do julgado divisório	208
1.377 – Exceção de prescrição	209
1.378 – Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária).....	210
1.379 – Formalidades importantes no juízo divisório.....	211
1.380 – Inépcia da petição inicial	212
1.381 – Execução de sentença	213

Capítulo LXVI – Inventário e Partilha

§ 222 – Disposições Gerais	
1.382 – Intróito	219
1.383 – Caráter contencioso do inventário	220
1.383-a – Inventário e partilha por via administrativa	220
1.383-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial	222
1.383-c – Execução da partilha por via administrativa	224
1.384 – Inventário negativo	224
1.385 – Competência	225
1.386 – Universalidade do foro sucessório.....	226
1.387 – Questões solucionáveis no juízo sucessório.....	226
1.388 – Administração da herança	227
1.389 – O inventariante.....	228
1.390 – Encargos do inventariante	229
1.391 – Remoção do inventariante.....	231
1.392 – Legitimação para promover o inventário	232
§ 223 – Inventário Judicial	
1.393 – Procedimento	234
1.394 – Petição inicial	234
1.395 – Primeiras declarações	234
1.396 – Citações e interveniências.....	235
1.397 – Impugnação dos citados	236
1.398 – Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	237
1.399 – Avaliação.....	238
1.400 – Últimas declarações.....	239
1.401 – Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	239
1.402 – Colações	240
1.403 – Sonegados.....	242
1.404 – Pagamento de dívidas do morto	242
§ 224 – Partilha	
1.405 – Espécies de partilha	244
1.406 – Partilha judicial. Deliberação	244
1.407 – Esboço e lançamento da partilha	246
1.408 – A sentença da partilha	247
1.409 – O formal de partilha.....	248
1.410 – Emenda ou retificação da partilha	248
1.411 – Pacto de não partilhar	249
§ 225 – Invalidação da Partilha	
1.412 – Ação de anulação e ação rescisória de partilha	252



1.413 – Conceituação de partilha judicial	252
1.414 – Conceituação de partilha amigável.....	254
1.415 – Casuísmo da rescisória de partilha	255
1.416 – Ação de nulidade de partilha.....	256
1.416-a – Ação de petição de herança.....	257
§ 226 – Arrolamento	
1.417 – Simplificação do inventário.....	259
1.418 – Arrolamento sumário do art. 1.031.....	259
1.419 – Arrolamento comum do art. 1.036	261
1.419-a – Lei nº 6.858, de 24.11.1980	262
1.419-b – Inventário administrativo	262
§ 227 – Disposições Comuns	
1.420 – Medidas cautelares.....	263
1.421 – Sobrepartilha	264
1.422 – Curatela especial ao herdeiro.....	265
1.423 – Inventários cumulados	265
1.424 – Honorários de advogado	266
1.425 – Extinção do processo por paralisação da causa.....	266
1.426 – Assistência judiciária.....	267
1.427 – Terceiros prejudicados.....	267

Capítulo LXVII – Embargos de Terceiro

§ 228 – Generalidades	
1.428 – Conceito.....	275
1.429 – Natureza jurídica.....	276
1.430 – Requisitos	276
1.431 – Ato judicial atacável	278
1.432 – Penhora de bem alienado em fraude contra credores	279
1.433 – Casos especiais	280
1.434 – Embargos a atos do juízo divisório	280
1.435 – Embargos do credor com garantia real.....	281
§ 229 – Procedimento	
1.436 – Legitimação ativa	283
1.437 – Legitimação passiva.....	286
1.438 – Oportunidade	287
1.439 – Competência	287
1.440 – Procedimento	288
1.441 – Sentença.....	289

Capítulo LXVIII – Habilitação

§ 230 – Procedimento da Substituição da Parte Falecida	
1.442 – Conceito.....	293
1.443 – Legitimidade para requerer a habilitação.....	294
1.444 – Competência	294
1.445 – Procedimento	294
1.446 – Ação de habilitação.....	294
1.447 – Habilitação do adquirente e do cessionário	295
1.448 – Efeito do deferimento da habilitação	295



1.449 – Habilitação direta nos autos do processo principal.....	296
Capítulo LXIX – Restauração de Autos	
§ 231 – Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos	
1.450 – Conceito	299
1.451 – Objetivo do procedimento	300
1.452 – Legitimidade.....	300
1.453 – Competência	300
1.454 – Procedimento	300
1.455 – Julgamento da restauração.....	301
1.456 – Autos extraviados no tribunal.....	301
1.457 – Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	302
Capítulo LXX – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio	
§ 232 – Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	
1.458 – Conceito.....	305
1.459 – Procedimento da execução do preço	305
1.460 – Procedimento da recuperação da própria coisa	306
Capítulo LXXI – O Juízo Arbitral	
§ 233 – Procedimento da Arbitragem	
1.461 – O juízo arbitral no direito brasileiro	311
1.462 – Disposições gerais.....	312
1.463 – Convenção de arbitragem	313
1.464 – Cláusula compromissória.....	314
1.465 – Requisitos da cláusula compromissória	314
1.466 – Execução da cláusula compromissória	315
1.466-a – Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	316
1.466-b – Direito intertemporal.....	317
1.467 – Autonomia da cláusula compromissória	318
1.468 – Compromisso arbitral	319
1.469 – Extinção do compromisso arbitral.....	320
1.470 – Os árbitros	320
1.471 – O procedimento	321
1.472 – Medidas cautelares.....	322
1.472-a – Sentença arbitral.....	322
1.472-b – Requisitos da sentença arbitral	323
1.472-c – Recursos	323
1.472-d – Nulidade da sentença arbitral.....	323
1.472-e – Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.....	324
1.472-f – Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro	326
1.472-g – Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	326
Capítulo LXXII – Ação Monitória	
§ 234 – Noção Geral do Procedimento Monitório	
1.473 – Intróito	329
1.474 – Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	329
1.475 – Em que consiste o procedimento monitorio	330
§ 235 – A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	
1.476 – Condições de admissibilidade da ação monitoria	333
1.477 – O procedimento monitorio brasileiro.....	333

1.478 – Objeto	335
1478-a – Competência.....	335
1.479 – Legitimidade ativa.....	336
1.480 – Legitimidade passiva	336
1.481 – Prova	338
1.482 – Procedimento	340
1.482-a – Monitória contra a Fazenda Pública.....	342
1.483 – Embargos à ação monitória.....	343
1.484 – Coisa julgada	344

Parte XVII – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária

Capítulo LXXIII – Jurisdição Voluntária

§ 236 – Generalidades	
1.485 – Intróito	347
1.486 – Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	348
1.486-a – Litigiosidade incidental	349
1.487 – A função do juiz	350
1.488 – Procedimentos.....	350

Capítulo LXXIV – Alienações Judiciais

§ 237 – Procedimento das Alienações Judiciais	
1.489 – Alienações judiciais.....	353
1.490 – Alienações cautelares.....	353
1.491 – Iniciativa da medida.....	354
1.492 – Casos de alienação judicial expressos em lei.....	354
1.493 – Leilão.....	354
1.494 – Avaliação prévia.....	355
1.495 – Publicidade	355
1.496 – Arrematação.....	356
1.497 – Destino do produto da alienação	356
1.498 – Custódia do produto.....	356
1.499 – Outros bens alienáveis judicialmente	357
1.500 – Bens indivisíveis em inventário e partilha	357
1.501 – Bens de órfãos.....	358
1.502 – Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	358
1.503 – Alienação irregular do bem comum indivisível	359
1.504 – Procedimento especial da adjudicação.....	360

Capítulo LXXV – Separação Consensual

§ 238 – Procedimento da Separação Consensual	
1.505 – Noções introdutórias.....	363
1.506 – Natureza jurídica.....	363
1.507 – Requisitos	364
1.508 – Legitimação	364
1.509 – Competência	364
1.510 – Petição inicial	365
1.511 – Procedimento	366
1.512 – Sentença de homologação	367
1.513 – Reconciliação do casal	367
1.514 – Revisão e rescisão do acordo de separação	368

1.514-a – Separação consensual e divórcio consensual por via administrativa	368
1.514-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais.....	370
1.514-c – Execução do acordo de separação ou divórcio ajustado por escritura pública	371

Capítulo LXXVI – Testamentos e Codicilos

§ 239 – Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo	
1.515 – Objetivo do procedimento	375
1.516 – Competência	376
1.517 – Procedimento	376
1.518 – Sentença.....	376
1.519 – Efeitos.....	377
1.520 – Busca e apreensão	377
1.521 – Testamento público	377
1.522 – Testamento particular	377
1.523 – Procedimento	378
1.524 – Testamentos marítimo e militar e codicilo	380
1.525 – Testamenteiro.....	380

Capítulo LXXVII – Herança Jacente

§ 240 – Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente	
1.526 – Conceito moderno de jacência da herança.....	383
1.527 – Competência	383
1.528 – Legitimação	384
1.529 – Procedimento	384
1.530 – A administração da herança jacente.....	385
1.531 – Habilitação	385
1.532 – Declaração de vacância.....	386

Capítulo LXXVIII – Bens de Ausente

§ 241 – Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533 – Ausência.....	389
1.534 – Pressupostos	389
1.535 – Competência	389
1.536 – Fases do procedimento	390
1.537 – Procedimento da primeira fase.....	390
1.538 – Procedimento da sucessão provisória.....	390
1.539 – Conversão da sucessão provisória em definitiva	391

Capítulo LXXIX – Coisas Vagas

§ 242 – Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540 – Conceito	395
1.541 – Legitimação	395
1.542 – Competência	395
1.543 – Cabimento.....	396
1.544 – Procedimento	396

Capítulo LXXX – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 243 – Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545 – Natureza jurídica da interdição.....	399

1.546 – Legitimado passivo	399
1.547 – Competência	399
1.548 – Legitimidade para promover a interdição	400
1.549 – Petição inicial	400
1.550 – Procedimento	401
1.551 – Sentença	402
1.552 – Eficácia da sentença sobre atos do interditando	402
1.553 – Rescisória	402
1.554 – Levantamento da interdição	403
1.555 – Investidura dos curadores	403
1.556 – Remoção de curador	403
1.557 – Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	404

Capítulo LXXXI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 244 – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
1.558 – Conceito de fundação	407
1.559 – Procedimento da instituição da fundação	407
1.560 – Estatutos confiados à elaboração de terceiro	408
1.561 – Alteração do estatuto	408
1.562 – Extinção da fundação	409

Capítulo LXXXII – Especialização da Hipoteca Legal

§ 245 – Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
1.563 – Conceito de hipoteca legal	413
1.564 – Competência	414
1.565 – Legitimação	414
1.566 – Procedimento	414
1.567 – Bens insuficientes	415
1.568 – Especialização negocial	415
1.569 – Eficácia da hipoteca	415

Parte XVIII – Juizado Especial Civil

Capítulo LXXXIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 246 – Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570 – Intróito	417
1.571 – Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	418
1.572 – O Juizado Especial Civil	419
1.573 – Criação do Juizado Especial	420
1.574 – Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	420
1.575 – Princípios informativos	420
1.576 – Princípio da oralidade	421
1.577 – Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	421
1.578 – Conciliação	422
1.579 – A facultatividade do Juizado Especial	423
§ 247 – O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580 – Competência	424
1.581 – Foro competente	424
1.582 – Competência para execução forçada	425

1.583 – Limitações à competência	425
1.584 – O órgão julgante.....	425
1.585 – Distribuição de funções: tarefa do juiz	426
1.586 – Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	426
1.587 – O juízo arbitral	427
§ 248 – Partes	
1.588 – Legitimação <i>ad causam</i>	428
1.589 – Legitimação <i>ad processum</i>	428
1.590 – Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	429
1.591 – Intervenção do Ministério Público.....	429
§ 249 – Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592 – Os atos processuais e sua forma	431
1.593 – O procedimento	431
1.594 – A propositura da ação	432
1.595 – Citações e intimações.....	432
1.596 – Requisitos da citação.....	433
1.597 – Intimações	433
1.598 – A audiência de conciliação, instrução e julgamento	433
1.599 – A resposta do réu	434
1.600 – As provas.....	435
§ 250 – A Sentença e os Recursos	
1.601 – A sentença	436
1.602 – Recursos	436
1.602-a – Mandado de Segurança.....	438
1.603 – Extinção do processo.....	439
§ 251 – Execução e Disposições Especiais	
1.604 – Execução forçada	440
1.605 – As despesas processuais no Juizado Especial Civil	441
1.606 – Curadorias e assistência judiciária	442
1.607 – Acordos extrajudiciais.....	442
1.608 – Ação rescisória	442
1.609 – Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	442
Capítulo LXXXIV – O Juizado Especial Federal	
§ 252 – As Pequenas Causas na Justiça Federal	
1.610 – A instituição do Juizado Especial Federal	445
1.611 – Disciplina legal	445
1.612 – Princípios informativos.....	445
1.613 – Competência absoluta.....	446
§ 253 – Órgão Julicante	
1.614 – Composição do órgão julgante.....	447
1.615 – Sessão de conciliação	447
1.616 – Competência	447
1.617 – Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	447
§ 254 – Partes	
1.618 – Legitimação	449

1.619 – Intervenção de terceiros e litisconsórcio.....	449
1.620 – Ministério Público	449
1.621 – <i>Jus postulandi</i> e representação das partes.....	449
§ 255 – Atos Processuais e Procedimento	
1.622 – Princípios.....	451
1.623 – Atos de comunicação processual	451
1.624 – Uso de meios eletrônicos.....	451
1.625 – Prazos.....	452
1.626 – Petição Inicial.....	452
1.627 – Resposta	452
1.628 – Exceções	452
1.629 – Sessão de conciliação	452
1.630 – Instrução probatória.....	453
1.631 – A sentença e as máximas de experiência	453
1.632 – Reexame necessário	454
§ 256 – Sistema Recursal	
1.633 – Recursos no Juizado Especial	455
1.634 – Recurso especial e recurso extraordinário.....	455
1.635 – Incidente de uniformização de jurisprudência	456
§ 257 – Execução e Medidas Preventivas	
1.636 – Execução	457
1.637 – Medidas cautelares.....	457
1.638 – Antecipação de tutela.....	458

Capítulo LXXXV – Os Juizados Especiais da Fazenda Pública

§ 258 – As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios	
1.638-a – A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	461
1.638-b – Disciplina legal.....	461
1.638-c – Competência absoluta.....	462
§ 259 – Órgão judicante	
1.638-d – Composição do órgão judicante	463
1.638-e – Competência.....	463
§ 260 – Partes	
1.638-f – Legitimação.....	465
1.638-g – Ministério Público.....	465
1.638-h – Representação das partes.....	465
§ 261 – Atos processuais e procedimento	
1.638-i – Atos de comunicação processual e prazos	466
1.638-j – Petição inicial, citação e resposta.....	466
1.638-k – Audiência de conciliação.....	466
1.638-l – Instrução probatória.....	467
1.638-m – Sentença e recurso de ofício	467
1.638-n – Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	467
§ 262 – Sistema recursal	
1.638-o – Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	468

1.638-p – Uniformização de jurisprudência	468
1.638-q – Causas repetitivas	469
1.638-r – Medidas de urgência	469
§ 263 – Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	
1.638-s – Cumprimento da sentença	470
1.638-t – Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa	470
1.638-u – Obrigações de quantia certa	470

Parte XIX – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados fora do Código de Processo Civil

Capítulo LXXXVI – Ações Constitucionais

§ 264 – A Constituição e o Processo	
1.639 – O direito processual constitucional	473
1.640 – Os fundamentos do direito processual constitucional	473
§ 265 – Mandado de Segurança	
1.641 – Conceito	475
1.642 – Natureza da ação	475
1.643 – Legitimação ativa	476
1.644 – Legitimação passiva	476
1.644-a – Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança	479
1.645 – Ato de autoridade judicial	479
1.645-a – Ato sujeito a recurso administrativo	480
1.646 – Litisconsórcio	480
1.647 – Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo	481
1.648 – Procedimento	481
1.648-a – Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante	482
1.649 – Liminar	482
1.650 – Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança	484
1.651 – Competência	485
1.651-a – Desistência do mandado de segurança	486
1.652 – Sentença e coisa julgada	486
1.652-a – Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009	487
§ 266 – Mandado de Segurança Coletivo	
1.653 – Conceito	491
1.653-a – Direitos coletivos e direitos difusos	491
1.654 – Legitimação ativa	492
1.655 – Legitimação passiva	493
1.656 – Procedimento e competência	494
1.656-a – Liminar	494
§ 267 – Mandado de Injunção	
1.657 – Conceito	496
1.658 – Objeto	496
1.659 – Pressupostos	497
1.660 – Legitimação	498
1.661 – Competência	498
1.662 – Procedimento	499
§ 268 – Habeas Data	
1.663 – Conceito	501



1.664 – Natureza jurídica.....	501
1.665 – Legitimidade e interesse.....	502
1.666 – Objeto do <i>habeas data</i>	502
1.667 – Competência.....	503
1.668 – Procedimento.....	503
1.669 – Cumprimento da sentença.....	504
1.670 – Coisa julgada.....	504
§ 269 – Ação Popular	
1.671 – Conceito.....	506
1.672 – Requisitos.....	506
1.673 – Atos atacáveis pela ação popular.....	507
1.674 – Legitimação.....	507
1.675 – Procedimento.....	508
1.676 – Sentença.....	508
1.677 – Coisa julgada.....	509
1.678 – Execução.....	509
1.678-a – Prescrição.....	509

Capítulo LXXXVII – Ações Coletivas

§ 270 – Ação Civil Pública e outras Ações Coletivas	
1.679 – Histórico.....	511
1.680 – Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	512
1.681 – Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública.....	512
1.681-a – Objeto da ação civil pública.....	513
1.682 – Ações coletivas possíveis após o CDC.....	514
1.683 – Legitimação.....	515
1.683-a – Ação coletiva por meio de associação.....	516
1.683-b – Ações coletivas promovidas por sindicatos.....	517
1.684 – O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos.....	518
1.684-a – Inquérito civil.....	521
1.685 – Competência.....	522
1.686 – Procedimento.....	522
1.687 – Liminar.....	522
1.688 – Coisa julgada.....	523
1.689 – Execução.....	524

Capítulo LXXXVIII – Ações Locatícias

§ 271 – Generalidades	
1.690 – Dos procedimentos e suas disposições gerais.....	527
1.691 – Tramitação durante as férias forenses.....	528
1.692 – Competência do <i>forum rei sitae</i>	528
1.693 – Valor da causa.....	528
1.694 – Atos de comunicação processual.....	529
1.695 – Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias.....	529
§ 272 – Ação de Despejo	
1.696 – Natureza.....	531
1.697 – A força executiva do procedimento.....	532
1.698 – A liminar na ação de despejo.....	533
1.699 – Legitimação.....	534

1.700 – Documentação da petição inicial.....	534
1.701 – Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	535
1.702 – Denúncia vazia.....	535
1.703 – Denúncia cheia.....	536
§ 273 – Ação de Despejo por Falta de Pagamento	
1.704 – Cabimento.....	538
1.705 – Conseqüência da cumulação de pedidos.....	538
1.706 – Purga da mora.....	539
1.707 – Reiteração abusiva da purga da mora.....	540
1.708 – Purga da mora e contestação.....	540
§ 274 – Execução da Sentença de Despejo	
1.709 – Desocupação voluntária.....	543
1.710 – Execução forçada.....	543
1.711 – Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel.....	544
1.712 – Execução provisória e caução.....	544
1.713 – Abandono do imóvel pelo locatário.....	545
§ 275 – Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	
1.714 – Cabimento.....	546
1.715 – Legitimação.....	546
1.716 – Pressupostos.....	547
1.717 – Procedimento.....	547
1.718 – Petição inicial.....	547
1.719 – Depósito judicial.....	547
1.720 – Prestações vincendas.....	548
1.721 – Revelia.....	548
1.722 – Contestação.....	548
1.723 – Reconvensão.....	548
1.724 – Complementação do depósito após a contestação.....	549
1.725 – Levantamento do depósito.....	549
§ 276 – Ação Revisional de Aluguel	
1.726 – Cabimento.....	551
1.727 – Natureza.....	551
1.728 – Legitimação.....	551
1.729 – Procedimento.....	551
1.730 – Petição inicial.....	552
1.731 – Aluguel provisório.....	553
1.732 – Contestação.....	554
1.733 – Sentença.....	554
1.734 – Verbas de sucumbência.....	555
1.735 – Execução de sentença.....	555
1.736 – Acordo de desocupação.....	555
§ 277 – Ação Renovatória	
1.737 – Cabimento.....	557
1.738 – Natureza jurídica.....	558
1.739 – Legitimação.....	558
1.740 – Procedimento.....	559
1.741 – Petição inicial.....	559
1.742 – A defesa do locador.....	562

1.743 – Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais	562
1.744 – Defesa baseada no valor real da locação	562
1.745 – Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	56
1.746 – Retomada para construção ou reconstrução	563
1.747 – Retomada para uso próprio	564
1.748 – Aluguel provisório	564
1.749 – Sentença	564
1.750 – Sentença de retomada	565
1.751 – Execução de sentença	566
1.752 – Indenização de perdas e danos	567

Capítulo LXXXIX – Ações Decorrentes de *Leasing* e Alienação Fiduciária

§ 278 – Alienação Fiduciária em Garantia	
1.753 – Introdução	569
1.754 – Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis)	570
1.755 – Busca e apreensão	570
1.756 – Ação de depósito	572
1.757 – Ação de execução	573
1.758 – Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	573
§ 279 – Arrendamento Mercantil (<i>Leasing</i>)	
1.759 – Noção de arrendamento mercantil	579
1.760 – Ações decorrentes do <i>leasing</i>	579

Bibliografia	583
Índice Onomástico	593
Índice Alfabético de Assuntos	597
Índice dos Fluxogramas	619